



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti Isaura Mônica Souza Zanardini Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz Natália Laura Prodorutti Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva Daniela Neris Gonçalves Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães Wylka Aquino da Silva Alzenira de Carvalho Miranda Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli Gilmar Ribeiro Pereira Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Meire Ferreira Pedroso da Costa Robson Alex Ferreira Ruth Alves de Souza Sandra Simone Silva Cruz Viviany da Silva Brugnhago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva Diná Santana de Novais Lucimara Morgado Pereira Lima Luciana Costa Souza Marta Martins Meireles Nélia de Mattos Monteiro Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva Patrícia Almeida dos Santos Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça Gleíza Guerra de Assis Braga Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brugnhago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
"DO CÉU SÓ CAI CHUVA": CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO

Maria Helena Mena Dutra

RESUMO: A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos relacionados a Inclusão, Acessibilidade e Tecnologia no Contexto da Educação do Campo, com base na difusão da ideia de que os “professores não estão preparados para a inclusão”, tão propagada na fala cotidiana de diversos docentes, o objetivo será analisar a existência ou ausência de compromisso das políticas públicas de formação continuada, voltadas para a Educação inclusiva, nas escolas do campo. Este trabalho traz dados de uma entrevista realizada com a secretária de educação municipal, que faz parte do grupo de professores do campo na cidade de Dom Pedrito- RS, supervisora geral de educação, em um segundo momento educadora especial em uma escola do campo e responsável pelo CAP e uma educadora do campo. O intuito é verificar o que falta para que o conhecimento chegue até os docentes no que diz respeito as técnicas de ensino para alunos com necessidades especiais de aprendizagem e como acontece a adaptação dos professores caso não exista formação na área. O diálogo entre docentes e gestão é imprescindível, além de cursos de formação para esclarecer questões de compartilhamento de metodologias de ensino e para a elaboração de projetos alicerçados nas políticas públicas

de Educação Especial e Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação do Campo; Formação Continuada.

1 | INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, os estudos em relação a inclusão de indivíduos com necessidades especiais nas escolas vêm aumentando, despertando o interesse das comunidades que entendem ser de grande importância garantir estudo e desenvolvimento para todos, garantindo uma educação de acordo com as especificidades de cada sujeito.

As Políticas Públicas passam a manifestar-se neste contexto educacional para assegurar educação de qualidade aos sujeitos em questão. “A Constituição Federal [...]. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) ”. Entende-se com isso, que as escolas devem se preocupar em estar preparadas não somente na estrutura física para atender os alunos com necessidades especiais de aprendizado, mas com a mesma

preocupação no preparo dos profissionais para desenvolver a troca de ensino e aprendizagem na escola.

Em seu site oficial, o Ministério da Educação afirma que,

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade

Com base neste programa e o entendimento de que a educação especializada é um direito de todos, será feita a pesquisa para averiguar qual a formação ou preparo dos professores das escolas do campo na cidade de Dom Pedrito-RS.

Esta pesquisa parte do problema de despreparo dos professores para o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do campo, deixando estes alunos à margem da educação, longe das escolas por não se sentirem capazes de aprender assim como os professores de ensinar. Desta forma a inclusão caminha a passos de formiga pela questão de nem todos perceberem sua parte nessa luta. Professores, pais, alunos, todos têm uma parcela de ações para que as engrenagens funcionem de forma organizada e eficaz. O objetivo principal foi conhecer que ações, voltadas para a educação inclusiva, são desenvolvidas no âmbito da formação continuada de professores que atuam na educação do campo na rede pública de Dom Pedrito.

A pesquisa teve diferentes percursos, os quais estruturaram o seguinte desenho de trabalho final: esta introdução; a descrição da metodologia, um capítulo teórico sobre aspectos legais e históricos da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais; o segundo capítulo sobre a relação entre oferta de formação continuada para educação inclusiva e a aprendizagem cotidiana do docente em sala de aula, o terceiro capítulo é sobre o lugar da formação docente em educação inclusiva na rede municipal de ensino de Dom Pedrito.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir de entrevista semiestruturada com a secretaria de educação municipal, A elaboração de uma entrevista/questionário teve como propósito analisar as necessidades e peculiaridades dos docentes, na avaliação de um caso concreto buscando subsídios nas políticas públicas. O sujeito que fará parte desta pesquisa será o gestor da Secretaria Municipal de Educação do município de Dom Pedrito que faz parte do grupo de docentes das escolas do município.

A ideia foi analisar os conteúdos coletados para entender o que acontece em termos de formação para preparar os docentes para a realidade da inclusão:

palestras, oficinas, cursos mensais, enfim. Que tipo de estudo é ofertado e de que forma o docente interage com os conhecimentos adquiridos? A partir do que lhe é proposto, consegue organizar o ensino aprendizagem ou as abordagens não são suficientes?

A partir da entrevista realizada com a Secretária de Educação e conversa estabelecida com a mesma, em conjunto com a Supervisora Geral, professora orientadora deste trabalho e colega do curso de Educação do Campo ficou constatado que a comunicação entre gestão e professores possui diversas lacunas, pois o município oferece cursos, mas a gestão das escolas acaba por não repassar as informações aos professores ou repassando de forma não atrativa, não existindo o estímulo de participação. Estes dados serão analisados com maior afinco no capítulo final.

A partir dos dados coletados na secretaria, certifica-se que as estratégias de formação estavam ligadas ao trabalho docente e às iniciativas dos professores. Assim, a atenção foi direcionada às narrativas de uma colega de curso e professora do campo que já teve estudantes incluídos em sua sala de aula, a professora havia participado de um projeto fotográfico que foi desenvolvido pela autora deste trabalho, o qual acabou sendo também fonte de pesquisa para o artigo, com vista a articular, na interpretação dos dados, imagem e texto.

Diferente do texto, a imagem permite interpretações relacionadas com experiências vividas de cada ser que a contempla, e a união entre imagem e texto estabelece uma comunicação completa e rica em conhecimentos e saberes. A arte atrai os olhos curiosos do indivíduo e utilizá-la em benefício da educação é transformar um sistema antes bancário e monótono em interessante, envolvente e revolucionário de ideias. Segundo Novaes (2008), a imagem contribui por estar ligada a realidade e por outro ponto de vista é possível obter leituras totalmente diferentes e profundas dramatizando contextos diversos variando de cada receptor.

Percebe-se neste momento que no início da pesquisa estaria se configurando estudo de caso, mas este limitou e travou o trabalho pela ausência de formação continuada voltada para inclusão, então essa configuração da metodologia teve o papel de trazer a possibilidade das narrativas da minha colega e professora do campo porque logo no início a metodologia aplicada já não deu as devidas condições para seguir o trabalho. Desta forma, surgiu a necessidade de transformá-la em uma pesquisa narrativa para facilitar o entendimento de como o professor sem formação consegue incluir os alunos. Fica explícito no discorrer do trabalho que o ponto de partida foi investigar a formação continuada centrada em cursos e palestras e no desenvolver da pesquisa foi adentrando na ideia da formação continuada da ação e reflexão docente.

3 | ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE

3.1 Histórico da Educação Inclusiva e Educação Especial

Educação Inclusiva muitas vezes é confundida com Educação Especial, mas ela engloba muitas outras questões além das deficiências, segundo Ferreira (2005), ela diz respeito a todas as pessoas que por motivos sociais, econômicos, culturais são discriminadas pela sociedade e acabam por ficar sem condições de ter uma educação de qualidade. Diz respeito as barreiras que devem ser identificadas a fim de combatê-las como: maus tratos, prostituição, doenças terminais; assim como grupos sociais como MST, Quilombolas e tantos outros que por questões políticas vivem à margem da sociedade. Todos estes são beneficiados com a Educação Inclusiva que tem por objetivo a igualdade social.

A Educação Especial entende-se estar incluída na Educação Inclusiva, desta forma na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), capítulo V; p.39 é assegurado o direito de todo o cidadão ser assistido conforme suas especificidades educacionais a fim de garantir a aprendizagem nas escolas regulares, então independente do aluno ter transtornos globais do desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades é previsto em lei que o atendimento educacional e serviços especializados garantam um trabalho adequado para auxiliar o desenvolvimento e aprendizagem deste aluno. O sistema de ensino deve se adequar através de currículo, técnicas e recursos assim como os professores tem o dever ético de buscar formações, leituras, debates para desenvolver um trabalho apropriado.

Este capítulo específico para educação especial representa um avanço, trazendo o atendimento como um dever do Estado, dando ênfase à responsabilidade das escolas de elaborar currículos e métodos para as diversidades especiais. Contempla a terminalidade específica para esses alunos, estes que não conseguem cumprir no mesmo tempo regular, ou seja, no mesmo tempo da maioria dos alunos ditos “normais”, a escola tem por obrigação prover uma terminalidade e a preocupação de profissionalizar inserindo no mercado de trabalho.

3.2 Educação do Campo e Formação Continuada

Segundo COSTA (2016), a LDB, artigo 28, propõe adaptações curriculares e metodologias perante a diversidade das comunidades do campo, assim como calendário próprio com base nas fases agrícolas e variações climáticas

Conforme o PPC (Projeto Político Pedagógico) do Curso de Educação do Campo-Licenciatura da UNIPAMPA – campus Dom Pedrito, p.19, a Educação do Campo é uma modalidade que vem crescendo à medida que percebe-se a importância de ampliar o conhecimento das famílias do campo em relação ao meio em que vivem assegurando uma base cultural sólida respeitando o conhecimento prévio e a partir

dele incorporar o conhecimento científico, nesse compartilhar de saberes surge um novo educador para garantir o direito do sujeito do campo em se manter no campo se assim for sua vontade, a formação de sujeitos críticos e o reconhecimento do meio. Trata-se de uma luta a favor da igualdade social de comunidades de pequenos agricultores como quilombolas, ribeirinhas, MSTs, etc.

Entende-se por formação continuada todo e qualquer curso de extensão que a secretaria de educação ofereça aos professores assim como cursos, oficinas, tertúlias oferecidas pelas APAEs e outras entidades ligadas a educação especial. Uma das questões é se o convite à participação chega até os professores e se os mesmos demonstram interesse nessas ações. A formação continuada é de grande valia para cidades como a da pesquisa, cujo curso específico de Educação Especial não é fornecido na região tendo o professor, interessado que se deslocar cerca de 400 km aproximadamente se houver interesse em cursar a licenciatura.

Caiado diz:

A formação docente agrega particularidades sobre a atuação e profissionalização do professor. Sobre a atividade docente com o público da Educação Especial na Educação Básica e Superior, algumas questões nos inquietam: se a proposta de Educação Inclusiva, a qual envolve a Educação Especial, é para todos, por que a formação se dá apenas para os professores de Sala de Recursos Multifuncional (SRM), já que os alunos frequentam mais a sala de aula comum? O interesse não deveria ser de toda a escola? Os professores de sala de aula comum não são professores de alunos público-alvo da Educação Especial? (2017, p.73)

Essas inquietações norteiam a pesquisa de forma a identificar o entendimento dos professores das salas regulares a respeito da sua formação, buscando saber se concordam que a formação especial deve ser apenas para profissionais dos AEEs pois essa é a realidade na educação.

Da mesma forma, a referente pesquisa visa analisar o que defende a secretaria de educação a respeito da formação continuada para professores de salas regulares, observando se a educação especial está agregada no processo formativo.

Com a realidade atual entende-se que Padilha está certa quando afirma que o sofrimento do professor diante das dificuldades dos alunos diz respeito a visão que a sociedade tem sobre a obrigação do docente ensinar mesmo que não estando preparado para as especificidades de cada aluno.

As dificuldades dos docentes em sala de aula são variadas pois não possuem o preparo necessário para trabalhar com alunos com necessidades especiais de aprendizagem dependendo exclusivamente dos AEEs (Atendimento Educacional Especializado). Como agravante, a cidade onde acontece a pesquisa (Dom Pedrito-RS) possui aproximadamente 20 escolas incluindo rede municipal/estadual, e apenas seis (6) disponibilizam uma sala para atendimento especializado. As outras escolas receberam o material necessário para equipar as salas, mas devido ao fato de não ser prioridade dessas escolas, os materiais estão guardados.

Diagnóstico traçado por Castro (2002) numa pesquisa realizada na rede

municipal de educação de Santa Maria/RS, que analisou representações e sentimentos de professores da rede regular de ensino diante da inclusão de alunos com necessidades especiais em “suas” salas de aula. Castro mostrou que os professores, de modo geral, não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão. É o que se pode depreender das seguintes falas, proferidas por diferentes professores: Eles [alunos especiais incluídos] exigem uma atenção que não temos condição de dar.[...] Não temos condição de oferecer o que eles realmente necessitam, pois não somos educadoras especiais, apesar de termos boa vontade.[...] Não temos preparo suficiente para fazer um trabalho com muitos resultados positivos. [...] Há muito despreparo nas classes regulares e nos cursos de formação do magistério.[...] Eu acho ruim [a inclusão], pois os professores precisam de conhecimento para trabalhar com esses alunos.[...] Desde que não atrase muito o ritmo do grupo em geral pode acontecer.[...] É um direito assegurado a todos. E é possível a inclusão se o sistema educacional estiver preparado a aceitar e tiver conhecimento específico para lidar com as diferenças (PLETSCH, 2009).

Logo, é importante o professor lembrar que o processo de aprendizagem é individual e que a diversidade em sala de aula é interessante nessa construção de conhecimento que acontece entre aluno e professor. Todos são capazes de aprender, cada um no seu tempo, mas para isso é necessário que o docente participe de cursos de formação para se preparar no que diz respeito à adaptação de aulas para os alunos incluídos que receber assim como é importante priorizar as salas de AEE para utilização do material de apoio. Acredito que desta forma aconteça uma pressão na gestão municipal para abertura de concurso público para garantir profissionais qualificados na área.

A Declaração de Salamanca fala com a mesma ênfase na importância da formação de professores para a inclusão:

C. RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DE EDUCADORES • 38. Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida. • 39. Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Para continuar a pesquisa é relevante fazer uma investigação histórica da Educação Inclusiva a fim de esclarecer como a necessidade da inclusão passou a ser detectada pela sociedade. Segundo Miranda (2003), na antiguidade começam a surgir divisões políticas e econômicas gerando a desigualdade, algumas comunidades

sacrificavam ou abandonavam às margens de rios as pessoas com deficiência enquanto outras acreditava que essas pessoas eram uma ação divina. Na Grécia, as crianças eram abandonadas em depósitos chamados ‘Apothetai’. Já na Idade Média, com o surgimento do Cristianismo, cultuava-se o sentimento de pena, ou ainda, essas pessoas eram vistas como forma de divertimento para a nobreza. Na Idade Moderna, a deficiência passa a ser objeto de estudo para a ciência.

A atuação de movimentos sociais e a produção de Políticas de Educação Inclusiva surgem para mudar essa visão rotulada de incapacidade social das pessoas com necessidades especiais de aprendizagem. A sociedade capitalista contemporânea se apropria, de certa forma, desta luta e passa a incluir essas pessoas com a ideia de formar e aproveitar como mão de obra barata já que as empresas contratantes pagam salários de estagio e ficam isentos de impostos, além de ser uma excelente forma de *marketing* perante a comunidade.

Conforme Silva (2014), as pessoas com deficiência são excluídas e marginalizadas desde o início dos tempos sendo rotuladas como incapazes de decidir pelo próprio destino, não merecendo respeito e dignidade. Com as ações dos movimentos sociais a inclusão passa a ser discutida com mais visibilidade produzindo políticas públicas que começam a assegurar direitos para os sujeitos com deficiência igualando em mercado de trabalho, educação, posição familiar, etc.

A humanidade se constitui sobre o pilar da padronização, de padrões que são estabelecidos e tidos como “normalidade”. O diferente, o incapaz de prover os próprios recursos, sempre causou estranheza, sendo deixado na maioria das vezes à margem da sociedade. Segundo Bianchetti (1998) desde a Idade Primitiva as pessoas que apresentavam limitações orgânicas-biológicas, não apresentavam instrumentos para produzir sua própria existência, dessa forma, eram abandonados à própria sorte.

Entende-se que as necessidades especiais existem pelo fato da sociedade ditar o que é normal, ou seja, definir o conceito de “capaz”, dessa maneira, as pessoas que não aprenderem a ler no dito “tempo certo”, por exemplo, são consideradas deficientes ou anormais. Mas afinal o que é ser normal?

Essa discussão vem de muito tempo. Conforme Miranda (2003), no Brasil pode-se falar de uma iniciativa importante na época do império que foi a criação de um instituto para cegos e outro para surdos, desde então a trajetória da legislação tem sido lenta, e estas crianças que tem deficiências diversas são os excluídos. O documento de Salamanca que reuniu na Espanha representantes de 88 países para discutir a educação especial do ponto de vista da inclusão mantendo a responsabilidade de incluir essas crianças com deficiência na sociedade.

Para os efeitos da Convenção da Guatemala, entende-se por:

1. Deficiência O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. 2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência a) o termo “discriminação contra as pessoas portadoras de

deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999)

Conforme o Portal do MEC, A Educação Especial tem por objetivo garantir o fortalecimento do direito humano, do potencial e autoestima de pessoas com deficiência. A partir destas considerações entende-se que a institucionalização da educação especial no Brasil deve ser analisada e articulada de forma política e econômica de maneira a firmar o compromisso de respeito a todo o cidadão.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com o intuito de garantir a oferta educacional inclusiva nos sistemas educacionais com o acesso a todos os que precisam de educadores e gestores formados de maneira especializada nos municípios brasileiros.

É importante observar que a lei ainda não se faz valer nos dias atuais pois a maioria dos professores que realizam atividades com pessoas incluídas vivem a angústia de conviver com as dificuldades dos alunos que necessitam de um ensino aprendizagem diferenciado, isso acontece pelo fato do professor ser visto como alguém com o dever de ensinar de todo o jeito e de qualquer forma independente de estar preparado para determinada situação. Sabemos que esta situação não é pontual da Educação do Campo, e sim de toda a rede de ensino.

4 | O LUGAR DA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOM PEDRITO

No diálogo com a secretária de educação, foi compartilhado conosco a informação que professores da rede estadual quando recebem um aluno com necessidades especiais de aprendizagem aconselham os responsáveis a matricular na rede municipal alegando os professores terem mais preparo para trabalhar com aquela criança. Na rede municipal tem uma escola em especial que chama a atenção da comunidade pedritense pela dedicação no trabalho com crianças com necessidades especiais de aprendizagem e nesse momento surge a interrogação: por que os demais professores não buscam ter o mesmo cuidado e zelo nas outras escolas? O fato é que nenhum professor nasce preparado para dialogar com as diferenças, o que acontece é que a minoria busca trilhar pelo caminho do estudo e da pesquisa para aumentar seus conhecimentos em áreas diversas e a maioria opta por ficar nesse jogo de empurra baseado em lamentações que não levam a nada.

As formações ofertadas pela secretaria são baseadas nos pedidos que acontecem em reuniões com os professores na tentativa de sanar dúvidas e auxiliar

no dia a dia escolar. Percebe-se que os professores entendem por formação continuada apenas os cursos ofertados pela secretaria de educação excluindo as ofertas de entidades. A gestão (S.M) deveria se responsabilizar por convocar os professores para formações voltadas a inclusão, mas o que acontece é que nem supervisão existe, com uma supervisão pedagógica adequada, ou seja, com o perfil adotado entre as décadas de 80 e 90 que caracteriza o cargo de supervisor como o de pesquisador voltado a compreender as relações que acontecem em sala de aula e na comunidade pois o processo de ensino aprendizagem passa a ser visto como uma via de mão dupla onde todos ensinam e aprendem, segundo Oliveira (2012). Logo, com a inexistência da supervisão os professores acabam por procurar essas formações quando surge um caso específico a ser tratado. Quando a secretaria oferta cursos em outras áreas o chamamento acontece mais não é atendido e isso acaba em frustração pois os diretores das escolas são os primeiros a não demonstrar interesse e muitas vezes não liberam os professores para tais formações, ou seja, eles, os diretores, devem ter maior compromisso pedagógico.

Outro fato, é os professores terem como objetivo nessas formações os certificados e em segundo plano o aprendizado, sendo assim, muitas palestras, oficinas, etc; oferecidas por entidades passam a não despertar o interesse por nem sempre oferecer o documento. Existe um curso federal ofertado para os professores de rede pública-PACTO (Programa Mais Alfabetização) -com duração de três anos, oferta o estudo de práticas pedagógicas para o ensino fundamental e o valor de duzentos reais de incentivo, mas no momento o valor não é mais ofertado e os professores não demonstram mais interesse pelo curso que era dividido em dois dias por semana: um dia era para os professores de escolas urbanas e o outro dia para professores de escolas do campo. Lamentavelmente não estamos falando de um curso voltado para a inclusão, nesta reflexão surge a pergunta: Os professores não estão preparados porque não tem suporte de formação ou porque estão acomodados e acabam não se interessando?

Em conversa com a responsável pelo NAPI (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusivo) antigo CAP (Centro de Apoio Pedagógico), fica claro a falta de esclarecimento tanto dos educadores que estão na linha de frente dando aula, assim como da gestão das escolas porque a questão é o interesse de cada um que trabalha na área de educação em buscar conhecimento adicional sobre as especificidades dos alunos, estou falando de diferentes crenças, diferentes povos, diferentes dificuldades de aprendizagem.

Os professores tendem a manter uma visão homogênea caso contrário serão obrigados a planejar para uma turma diversa, não conseguem incluir e tratam os alunos com necessidades especiais como intrusos pois costumam usar a frase “Tenho um número de alunos e outro número de incluídos”, ou seja, não reconhecem como alunos que tem os mesmos direitos à educação de qualidade.

Lembrando que incluir não é abordar o conhecimento da mesma maneira para

todos que estão em sala de aula e sim se dedicar a levar este conhecimento de forma diversa para que todos os alunos consigam ter a aprendizagem necessária. Não adianta exemplificar uma aula com realidades fora do contexto cultural dos alunos que tem experiências diversas e nem fora do alcance dos alunos que tem dificuldades especiais de aprendizagens, não será significativo o aprendizado e acaba por acontecer as frases decoradas nas respostas para garantir nota sem aprendizado.

A escola do campo sofre neste cotidiano de olhar hegemônico onde a preferência é garantir que o sujeito apenas aprenda a ler e escrever, no máximo aulas mais técnicas voltadas para um trabalho específico. Se quiser mais, este aluno não terá o direito a escolha de ficar na sua terra para estudar e terá que abrir mão do seu lar para buscar conhecimento. É absurda e injusta a realidade imposta pela sociedade que prefere ainda pensar que se nada der certo, vira professor. Ser professor é bem mais do que escrever uma matéria no quadro, ser professor é ajudar cada indivíduo no desenvolvimento da sua formação garantindo que ele tenha coragem de ser curioso e não aceite uma resposta sem pesquisar outras possibilidades, ser professor é ajudar os alunos a olhar adiante dos fatos para depois concluir conforme experiências vividas, é politizar os alunos e desenvolver a vontade de levar todo o conhecimento compartilhado para as famílias e comunidades.

O papel da gestão é relevante nesse contexto inclusive a fim de organizar e fazer valer os direitos de cada sujeito envolvido, a falta de suporte governamental não garante as escolhas pedagógicas das escolas, além disso quando há a preocupação para esta área é fixada a atenção para infraestrutura esquecendo que calendário, currículo e metodologia são tão ou mais importantes, aumentando a lupa a gestão escolar muitas vezes peca na organização do PPC (Projeto Político Pedagógico) que deveria ser feito coletivamente é visto como algo estritamente burocrático e acaba por não atender a diversidade das salas de aula.

Obviamente, o problema central é a falta de incentivo econômico porque a educação tem uma demanda alta de recursos, tanto na infraestrutura quanto na qualificação dos educadores. Concordo com COSTA (2016), quando diz que o processo educacional deve ser observado e avaliado periodicamente a fim de sanar problemas obtendo resultados positivos.

4.1 O cotidiano que ensina



Foto: M^a Helena M. Dutra

As imagens ofertadas neste trabalho mostram uma professora e seus alunos, mas não é apenas isso, por trás desta leitura existe uma interpretação mais complexa e cheia de significados como experiências diversas na luta pela inclusão dos alunos no contexto educacional. Em diálogo com a professora da fotografia, histórias distintas de inclusão sem respaldo formativo são reveladas como foi percorrido ao longo das minhas escritas neste trabalho.

Por vários anos a professora entrevistada teve alunos incluídos com necessidades especiais de aprendizagem, como primeira história foi escolhida a de um aluno com Síndrome de Willians, este aluno veio com a mãe de Caxias do Sul-RS onde ficava do início ao fim da aula no mesmo lugar sem desenvolver as atividades, não se comunicava com ninguém e aqui passou a desenvolver as atividades propostas pela professora que se preocupou em posicioná-lo em uma classe perto de sua mesa para dar o atendimento devido, desta forma ele aprendeu a ler e fazer cálculos mas não escrevia, a escrita era por uma espécie de códigos, círculos e traços que ele identificava. Para ficar claro, é citado o exemplo de que se ele desenhasse dois círculos para demonstrar o nome dele, seguiria fazendo sempre da mesma forma, ele tem um sistema simbólico eficiente para entender seus apontamentos. Quando interrogada de que forma acontecia a adaptação do planejamento para incluir este aluno a professora conta que tudo o que passava no quadro para a maioria dos alunos era escrito de forma pontilhada para o aluno incluído, essa era a forma dele ter a matéria no caderno para estudar e gostava de traçar as linhas pontilhadas

com canetinhas. Uma curiosidade nesse caso é que o aluno lê com domínio mas pulava algumas palavras. Havia dias que o aluno não se interessava pela aula e pedia a professora para assistir filme, a professora proporcionava esses momentos emprestando celular para que ele realizasse o desejo, tinha o perfil de pessoa muito tranquila e amorosa, algumas vezes ria exageradamente por motivo desconhecido. Ele ficou por dois anos no quarto ano e na sequência avançou para o quinto ano no turno da manhã.



Foto: M^a Helena M. Dutra

Teve uma aluna que não conseguiu avançar na aprendizagem, por motivo desconhecido já que não tinha laudo da especificidade da mesma, somente aprendeu a escrever a letra “B”.

Outra experiência relatada pela professora foi com um aluno com Síndrome de Down, este aluno lê e escreve, mas somente quando estava com vontade, não copiava o texto completo e tinha muita vergonha de ler para os colegas. Quanto ao suporte pedagógico, lembrando que a escola tem o AEE, a professora diz não acreditar no trabalho desenvolvido na sala de atendimento, ressalta que os alunos ficam jogando vídeo game, o atendimento acontece uma vez por semana e a professora responsável pelo atendimento especializado atende também na APAE. Existe um lamento na fala da professora que diz não existir interesse na educadora especial em contribuir com ideias diferentes para ajudar na inclusão dos alunos assim como a gestão também não faz sua parte. A realidade de sala de aula é tão complexa com planos de aula desenvolvidos para a maioria, não ter ajuda para desenvolver aulas diferenciadas para atender a inclusão torna-se quase impossível. O problema geral na inclusão é a falta de gestão para organizar currículo, método, infraestrutura, documentação

e financeiro para fazer valer as leis que garantem os direitos de todo o indivíduo independente de etnia, crença, cultura, necessidades especiais de aprendizagem, sexualidade, etc. Cargos políticos, secretaria de educação, diretoria de escola e professores em sala de aula devem trabalhar de forma organizada e unida estudando cada caso e propondo melhorias educacionais. Mas não é o que acontece e acaba os professores vivendo na maioria dos dias experiências frustrantes na tentativa de incluir alunos sem formação ou ajuda especializada. Materiais especiais sem uso, falta de profissionais qualificados e inexistência de concursos públicos para esta área dificulta o processo de ensino aprendizagem de muitos alunos.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. (MEC/SECADI)

Apesar dos programas serem criados, se não houver gestão para garantir acesso da comunidade a esses programas de nada adianta. Em Dom Pedrito a realidade é que apenas seis escolas estão com o AEE funcionando, não existe formação continuada para os professores voltada para a inclusão e as escolas estão fechando por falta de incentivo à inclusão como transporte, ensino fundamental e médio completa, material adequado.

Os professores passam a ser inclusivos tentando desenvolver técnicas próprias e para eficácia do estudo é necessário primeiramente analisar as especificidades dos alunos. Como exemplo, posso citar uma sala de sétimo ano onde três alunos apresentam síndromes distintas e cada um deles está numa fase diferente de desenvolvimento motor e raciocínio: o professor de geografia poderá iniciar sua aula levando cartaz ou desenhando no quadro o mapa de algum continente instigando a curiosidade de todos enquanto fala sobre o assunto, ainda mostrar no globo o continente onde os alunos estão e a distância do continente que será estudado, esta primeira fase todos os alunos, independente da dificuldade, conseguirá acompanhar. No segundo momento da aula será proposto um estudo dirigido a maioria dos alunos e aos três que estão em fases diferentes de aprendizagem, para quem está com o nível de aprendizagem na coordenação motora serão ofertados desenhos do continente para colorir, para quem está no nível de alfabetização desenvolver escrita dos nomes dos países do continente e nível de segundo ano trabalhará rios, acidentes geográficos, etc. Com isso ele estará dando uma aula para todos os alunos, caracterizando a inclusão e acontecerá a aprendizagem significativa independente das dificuldades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi idealizada com o intuito de oportunizar o compartilhar de informações e experiências significativas sobre diferentes modos de formação continuada para a inclusão, mas essa formação não existe nas escolas do campo da cidade de Dom Pedrito, então foi trabalhado o pouco de informações obtidas em conversas com a secretária de educação, supervisora geral e educadora especial e incluiu-se a discussão de quais as adaptações utilizadas por uma professora do campo para contornar esses conflitos em sala de aula.

Conforme Costa (2016), é necessária a reflexão do professor neste contexto de formação pela busca de conhecimento a fim de burlar a realidade de um sistema que não funciona e realizar a inclusão dos alunos que são diversos. As escolas do campo ainda não atendem a inclusão conforme as políticas públicas devido a três fatos: o primeiro diz respeito às estradas que pelo péssimo estado de conservação inúmeras vezes alunos e professores ficam sem acesso às escolas; o segundo diz respeito ao espaço físico das escolas já que a maioria necessita de muitos reparos, salas sem condições de receber alunos cadeirantes, etc; e o terceiro diz respeito aos professores que estão recém começando a perceber a importância de se preparar para lidar com as diferenças sociais, políticas, religiosas, culturais e de necessidades especiais de aprendizagem.

Infelizmente não há ações formativas voltadas para a educação inclusiva para os professores do campo na rede pública de Dom Pedrito, estes profissionais precisam desenvolver suas próprias adaptações para ministrar as aulas de forma a incluir todos os alunos, deste modo percebemos que a formação não se resume a cursos específicos, o cotidiano também é formativo. Sendo assim, não há possibilidade de análise das formações pois a única que foi citada é o PACTO, que se trata de um programa federal de práticas pedagógicas para ensino fundamental.

Entende-se que a Educação Inclusiva está diretamente ligada a Educação do Campo porque os povos do campo ainda são excluídos da sociedade não tendo direito a completar seus estudos na sua comunidade, sem acesso a materiais adaptados a vivência no campo, sem estradas transitáveis nem transporte adequado. Este trabalho tem como uma das finalidades contribuir para a superação da desigualdade dos sujeitos, do fim das classes. Obviamente que esses resultados não serão vistos na sua totalidade, mas pode-se vislumbrar algumas questões quando não há retrocessos nas cotas, e uma série de outras políticas públicas e ações que refletem isso, a superação das classes e a inserção do sujeito no exemplo quando se vê em um curso de Educação do Campo, é uma forma de enxergar a mudança desse cenário. A questão é lutar pelo futuro das próximas gerações, trabalhar para que as comunidades passem a respeitar o meio, a diversidade cultural e principalmente o ser humano independente da religião, cor da pele ou necessidade especial porque as diferenças nos tornam iguais, somos todos iguais pois cada um é único. Como dizia

Martin Luther King Jr.: “Eu tenho um sonho” ...um sonho de que as pessoas sejam aceitas com suas diferenças, sonho de que a educação chegue a cada criança, a cada lar porque acredito que a educação liberta, só a educação salva!

REFERÊNCIAS

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação Especial no Campo**. 2017

Convenção da Organização dos Estados Americanos. DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação Docente para a Diversidade**. 2016

LEINEKER, Mariulce da Silva; RODRIGUES, Roseli Viola. **Inclusão em Contexto de Exclusão: Um Estudo nas Escolas Itinerantes dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ Escola Base- Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**.

MEC, SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. PORTAL DO MEC, acessado em 15/09/2017

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes; GRISPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional**. 2012

PADILHA, Adriana Cunha. **Professores de Educação Especial na Educação do Campo: Condições de Trabalho na Carreira Docente**. 2012

PLETSCH, Márcia Denise. **A Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisa**. 2009

SILVA, Elenilda Sinésio Alexandre. **Educação Inclusiva: Exclusão e Marginalização no Âmbito Escolar**. 2014

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525